

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.424 - PR (2019/0254900-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : AGNALDO FELIX DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ANTONIO LUCIR WESSLING - PR064592
WELISON WESSLING E OUTRO(S) - PR083212
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA
ADVOGADO : LUÍSA HELENA TONELLI GUIMARAES E OUTRO(S) -
PR070473

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. VÍTIMA QUE TAMBÉM ERA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. INADIMPLENTE NO MOMENTO DO ACIDENTE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. INTERPRETAÇÃO DA SÚM. 257 EM CONFORMIDADE COM ORDENAMENTO JURÍDICO. ART. 17, §2º, DA RES. Nº 332/2015 SUSEP. ART. 12, §7º DA RES. Nº 273/2012 CNSP. ART. 7º, §1º, DA LEI 6.194/74. EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. ART. 381, CC. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INVERTIDOS. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 279/281).

O recorrente alega não haver necessidade de estar adimplente com o seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT- para fazer jus ao pagamento da indenização.

Suscita dissídio jurisprudencial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte de origem considerou indevido o pagamento de indenização do seguro DPVAT com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 216/217 e 219):

Pois bem. Apesar de o Superior Tribunal de Justiça ter editado a súmula 257, prevendo que “ A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização” , tal enunciado deve ser

Superior Tribunal de Justiça

melhor interpretado de acordo com todo o ordenamento jurídico vigente.

A SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, já previa em sua Circular nº 17/92, m ais precisam ente em seu art. 43, que “ Qualquer indenização som ente passa a ser devida depois que o pagamento do prêmio houver sido realizado pelo segurado ou estipulante, o que deve ser feito, no máximo, até a data-limite prevista para este fim no respectivo documento de cobrança. ” Posteriormente, em sua Resolução nº 332/2015, confirmou em seu art. 17, §2º, que “ Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização. ” No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Seguros Privados, cumprindo com sua competência atribuída pelo §2º do art. 7º da Lei 6.194/74, definiu através da Resolução nº 273/2012, em seu art. 12, §7º que “ fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente. ” Nota-se que os órgãos reguladores da matéria são uníssomos no sentido de que o proprietário inadimplente não pode ser o beneficiário da indenização.

(...)

Nota-se que o enunciado vago da súmula 257, vai de encontro a muitos dispositivos específicos, posteriores e vigentes que tratam sobre a matéria, devendo ser interpretada em conformidade com eles, ou em último caso, que seja reativada a discussão para que os Tribunais Superiores possam se manifestar acerca da vigência, validade e eficácia das referidas normas jurídicas.

(...)

Portanto, o entendimento a ser extraído da súmula 257 é de que somente a vítima ou o beneficiário direto, nos casos de morte, não podem ser prejudicados em face de proprietário inadimplente, todavia, caso sejam a mesma pessoa, não resta configurado o dever de indenizar, haja vista os dispositivos expressos em sentido contrário, além da ocorrência da confusão.

Deve-se atentar ao fato de que entender de forma contrária seria com pactuar com o inadimplemento, já que não seria m ais necessário o pagamento por parte do proprietário para que estivesse revestido de cobertura indenizatória, o que certam ente configuraria um enriquecimento sem causa, podendo futuram ente com prometer a arrecadação dos prêmios e a finalidade social do Seguro DPVAT, já que se tornaria desnecessário seu pagamento, beneficiando o

Superior Tribunal de Justiça

inadimplente em detrimento de toda a coletividade.

Ocorre que a jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que o inadimplemento do segurado não acarreta óbice ao pagamento do seguro DPVAT.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. VITIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. A PARTIR DO EVENTO DANOSO. JUROS DE MORA. A PARTIR DA CITAÇÃO.

1. Nos termos da Súmula 257/STJ, "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". Tal exegese aplica-se inclusive nos casos em que a vítima do acidente de trânsito é o proprietário do veículo, que se encontra inadimplente.

2. Tendo em vista o restabelecimento da decisão do magistrado de piso levado a efeito pela decisão unipessoal objurgada, merece acolhida a irresignação da parte agravante para se determinar a reforma da sentença tão somente para fixar a incidência da correção monetária, de acordo com o INPC, desde o evento danoso até a citação e os juros de mora, de acordo com a taxa SELIC, a partir da citação.

3. Agravo interno parcialmente provido.

(AgInt no REsp 1757675/PR, QUARTA TURMA, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Julgado em 19.9.2019, Dje de 24.9.2019)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÃO AO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. RECUSA DE INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 257/STJ.

1. Controvérsia acerca do pagamento de indenização do seguro DPVAT ao proprietário de veículo inadimplente com o pagamento do prêmio.

2. Nos termos da Súmula 257/STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".

Superior Tribunal de Justiça

3. Precedentes desta Corte Superior no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio.

4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1798176/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 1.7.2019, DJe 2.8.2019)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar procedente o pagamento da indenização securitária, restabelecendo a sentença (e-STJ, fls. 161/165), inclusive, quanto aos ônus de sucumbência.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora